

***Me llamo Rigoberta Menchú...* discursos entrelaçados: ambigüidades e conflitos**

Dorcas Vieira Damasceno (UFRJ)

A alteridade indígena vem sendo representada na tradição literária latino-americana, desde séculos, de forma diversa e, por vezes, contraditória. Da visão de “bárbaro” da época da conquista, passando pela imagem mítica ou demonizada do índio no Romantismo do século XIX e pelo projeto transculturador do neo-indigenismo, até a proposta auto-representadora da literatura testemunho, já no século XX, são abundantes as imagens oferecidas.

Além da Literatura, outras áreas do conhecimento, como a História e a Antropologia também se ocuparam do tema. Apesar do interesse comum, a maioria dessas investigações produziu-se, tradicionalmente, de forma isolada, não dialógica, durante décadas, o que, possivelmente, contribuiu para a disseminação de uma imagem fragmentada e reduzida do índio nas sociedades de um modo geral, bem como nos espaços acadêmicos.

Em função disso, alguns pensadores reconheceram a necessidade de se ensaiarem alternativas que dessem conta desse universo representacional complexo e plural no qual o indígena se insere, propondo novas teorias e conceitos que possibilitassem uma abordagem totalizadora e interdisciplinar. No estudo que ora apresentamos, em torno de *Me llamo Rigoberta Menchú y así me nació la conciencia* (1985), narrativa de cunho testemunhal, servir-nos-emos de alguns desses inovadores conceitos, como “literatura heterogênea” e “hibridismo”, segundo as propostas do crítico literário Antonio Cornejo Polar (2000) e do historiador e antropólogo James Clifford (2002), respectivamente.

A literatura testemunho: heterogeneidade e hibridismo

De acordo com o conceito de literaturas heterogêneas, firmado por Cornejo Polar, todas as formas de testemunho — mediado (por um editor que executa as tarefas de transcrição, seleção, organização e editoração de relatos orais a fim de legitimá-los junto ao público leitor) ou não mediado — são heterogêneas, pois manifestam discursos que se reproduzem tendo em vista um público letrado, enquanto seu referente remete a sociedades marginalizadas, de base oral e/ou autóctone. Ou seja, são narrativas que surgem “de um processo que tem pelo menos um elemento não coincidente com a filiação dos outros, e que cria necessariamente uma zona de ambigüidade e conflito” (CORNEJO POLAR, 2000, p. 162).

No que concerne à obra em análise, podemos observar essa não-coincidência de que nos fala Cornejo Polar, ao compararmos as biografias de Rigoberta Menchú e Elizabeth Burgos:

a) Rigoberta Menchú, indígena *maia-quiché*, nasceu na Guatemala, na pequena aldeia *Chimel*. Trabalhou, juntamente com seus pais e irmãos, nas *fincas*, grandes propriedades dos *terratenientes*, nas colheitas de algodão, café e cana-de-açúcar, empregando-se mais tarde como empregada doméstica, na capital. Sua trajetória de vida mescla-se com a de seus familiares e outros índios de diferentes aldeias, bem como com a de outros representantes de classes oprimidas: “Mi situación personal engloba toda la realidad de un pueblo” (BURGOS; MENCHÚ, 1985, p. 21).

Rigoberta organizou e liderou movimentos em prol da liberação do índio, como o Comitê de Unidade Camponesa (CUC) e a Frente Popular 31 de Janeiro, sendo perseguida pelas forças militares. Em 1979, em função de seu trabalho como

líder da CUC, aprende a falar castelhano, com o objetivo de comunicar-se com indígenas de outras etnias. Em 1981, após sobreviver ao genocídio de que foram vítimas muitos integrantes de sua comunidade e quase toda sua família, refugia-se no México.

b) Elizabeth Burgos, etnóloga, procedente de uma família venezuelana de classe alta, iniciou-se como ativista política para lutar contra a ditadura em seu país, filiando-se ao Partido Comunista em 1958. Casou-se com Régis Debray, intelectual francês e marxista, que compartilhava seu ideal de igualdade social. Durante muitos anos, ambos viveram como refugiados políticos em diferentes países da América Latina, em função de seu intenso ativismo.

Elizabeth também colaborou no projeto de socialismo democrático de Salvador Allende, no Chile. Em 1982, quando morava em Paris e elaborava sua tese de doutorado, foi então apresentada a Rigoberta Menchú, que viajou para a Europa “en calidad de representante del Frente 31 de Enero [...], invitada por organizaciones de solidaridad” (BURGOS; MENCHÚ, 1985, p. 11). Em janeiro desse mesmo ano, elas permaneceram em contato direto por oito dias, na casa de Burgos, trabalhando ativamente nas gravações dos relatos.

Como se pode ver, apesar de Rigoberta e Elizabeth terem-se engajado em função do mesmo ideal de luta contra a opressão e as desigualdades sociais, elas têm origem e formação completamente diversas. São representantes de diferentes ordens sociais. Participam de mundos opostos, no que se refere à cultura, à religião e à situação econômica. Além disso, a história de Rigoberta foi editada e publicada tendo em vista um público leitor letrado e burguês.

Considerando a diversidade dos elementos que participam do processo de produção e recepção da obra, podemos, claramente, identificar o seu caráter

heterogêneo. Não somente pelas diferentes origens de seus atores, mas também pelo fato de que o processo de mediação de relatos testemunhais não está isento de conflitividade, pois, de acordo com Clifford (2002), o contato estabelecido entre entrevistador e informante suscita conflitos de natureza diversa, gerando inúmeras contradições. Seria a “zona de ambigüidade e conflito”, apontada por Cornejo Polar.

Esquemáticamente, essas idéias ficam assim representadas:

Quem conta	Quem edita	O quê	Para quem
Rigoberta Menchú <ul style="list-style-type: none"> • indígena • “iletrada” 	Elizabeth Burgos <ul style="list-style-type: none"> • não-indígena • letrada 	Experiências vivenciadas por uma parcela marginalizada, de base oral, de uma sociedade de origem não ocidental (indígenas e outros pouco favorecidos da Guatemala)	Público leitor letrado, de origem ocidental (França, EUA etc.)
Zona de ambigüidade e conflito			
Heterogeneidade			

Em se tratando de relatos que, de algum modo, descrevem culturas de origem não ocidental, como ocorre em *Me llamo Rigoberta Menchú...*, a literatura testemunho engloba, também, particularidades da escrita e da produção etnográficas, caracterizando-se como narrativa híbrida e ampliando o seu campo de análise. A etnografia mesma, segundo Clifford, é uma “atividade híbrida [...]”. Ela se configura na verdade como um campo articulado pelas tensões, ambigüidades e indeterminações próprias do sistema de relações do qual faz parte” (CLIFFORD, 2002, p. 10).

Se compararmos essa afirmativa de Clifford com a proposta de Cornejo Polar, no que tange o conceito de literaturas heterogêneas, identificaremos pontos de convergência entre suas idéias. Ambos destacam o processo produtivo de textos — como os relatos testemunhais, principalmente os de base autóctone — que articulam

diferentes discursos e culturas como sendo um âmbito marcado por ambigüidades e contradições. Conseqüentemente, como resultado desse processo, entre outros¹, constroem-se narrativas híbridas e heterogêneas.

Mediador ou co-autor? — a questão da dupla autoria

“Se a etnografia produz interpretações culturais através de intensas experiências de pesquisa, como uma experiência incontável se transforma num relato escrito e legítimo?” (CLIFFORD, 2002, p. 21). Essa perturbadora questão serve-nos como ponto de partida para nossa discussão sobre os problemas da mediação em *Me llamo Rigoberta Menchú...* Antes, porém, destacaremos alguns aspectos que diferenciam o processo produtivo desse livro dos métodos tradicionalmente aplicados na Antropologia, a partir da observação do seguinte fragmento, extraído do seu Prólogo:

Pero ante todo debo hacer una advertencia al lector: si bien poseo una formación de etnóloga, jamás he estudiado la cultura maya-quiché, y no he trabajado nunca sobre el terreno en Guatemala. Esta falta de conocimiento de la cultura de Rigoberta, que al principio me parecía una desventaja, se reveló pronto como muy positiva. He tenido que adoptar la postura del alumno. [...] por ello el relato de las ceremonias y de los rituales es tan detallado. Del mismo modo, si nos hubiéramos encontrado en su casa, en El Quiché, la descripción del paisaje no hubiese sido tan realista (BURGOS; MENCHÚ, 1985, p. 16).

Como se pode observar, primeiramente, há uma inversão espacial na pesquisa, já que é Rigoberta quem vai ao encontro de Burgos, em Paris, não se concretizando, portanto, o trabalho de campo. Em segundo lugar, o papel do narrador, normalmente atribuído ao etnógrafo, é assumido pela informante, que relata sua história em primeira pessoa. Apesar das divergências quanto ao “estar lá” e quanto à voz da narrativa, outros aspectos coincidem, como o método de coleta e

sistematização das informações e, especialmente, as dúvidas quanto à autoria dos relatos.

Ainda que de maneira inversa — Clifford enfatiza a necessidade da participação do informante como autor, normalmente negada nos escritos etnográficos, enquanto Burgos nega sua própria autoria, ausentando-se do texto —, o problema persiste, pois, tanto os trabalhos etnográficos produzidos por métodos tradicionais quanto *Me llamo Rigoberta Menchú...* seriam mais bem definidos como sendo obras de mais de um autor. Seria uma espécie de “negociação construtiva envolvendo pelo menos dois, e muitas vezes mais, sujeitos conscientes e politicamente significativos” (CLIFFORD, 2002, p. 43).

O historiador insiste em problematizar a questão da autoria, afirmando a importância de se destacarem todos os discursos que participam da construção da narrativa etnográfica. Do seu ponto de vista, a versão de um único autor, individual, não seria capaz de representar um “outro mundo”, já que o trabalho de campo constrói-se por “relações de poder e propósitos pessoais” de todas as partes envolvidas (CLIFFORD, 2002, p. 21).

Além dos “propósitos pessoais” envolvidos, toda e qualquer narrativa que apresente descrições de culturas de base oral, como ocorre em *Me llamo Rigoberta Menchú...*, passa, necessariamente, por um processo de tradução do oral para a escrita. Como apontado por Clifford, “Esta escrita inclui, no mínimo, uma tradução da experiência para a forma textual. O processo é complicado pela ação de múltiplas subjetividades e constrangimentos políticos que estão acima do controle do escritor” (*Ibidem*).

Isso significa que por mais que o entrevistador se mantenha à distância, relegando seus comentários a Prólogos e outros tipos de notas à margem do texto, como o faz Burgos, sua participação far-se-á presente do início ao fim da narrativa. Entre os elementos que interferem na construção do discurso etnográfico, cabe

destacar a ação que resulta do próprio método da pesquisa, pois, ainda que o método em si possa parecer neutro, certamente não o será a interpretação dos dados coletados.

Sabe-se que o trabalho etnográfico prevê o uso de técnicas tais como decifrar fitas, realizar leitura crítica do manuscrito, organizar capítulos por temas, suprimir as perguntas e estabelecer ordem cronológica no relato para torná-lo mais acessível. São operações de re-escritura, de apropriação e recriação da história do “outro”, executadas do ponto de vista do mediador (SKLODOWSKA, 1993, p. 81). Tais procedimentos, ainda que protegidos pela “legitimidade” do trabalho etnográfico, não escondem o poder do transcritor frente ao material do testemunho.

Ou seja, por mais que Burgos tenha se empenhado em convencer-nos da sua não-interferência nos relatos de Rigoberta, é inegável a sua participação na produção da obra, o que é apontado por ela mesma de maneira um tanto ou quanto contraditória. Por suas próprias palavras, podemos perceber que há uma mudança de postura do momento da gravação para o momento da transcrição dos relatos. Durante a gravação, ela permite que Rigoberta guie o curso da entrevista, mas, acaba interferindo na organização do manuscrito:

*Para las grabaciones, elaboré primero un esquema rápido, estableciendo un hilo conductor cronológico [...]. Ahora bien, a medida que avanzábamos, Rigoberta se desviaba, cada vez con más frecuencia, insertando en el relato la descripción de sus prácticas culturales y cambiando así completamente el orden cronológico que yo había establecido. He dado, por tanto, **libre curso a la palabra** (BURGOS; MENCHÚ, 1985, p. 16-17, grifos nossos).*

*[...] Para efectuar el paso de la forma oral a la escrita, procedí de la siguiente manera: Primero, descifré por completo las cintas grabadas. [...] Y con ello quiero decir que no deseché nada, no cambié ni una palabra, aunque estuviese mal empleada [...]. Leí atentamente este material una primera vez. A lo largo de una segunda lectura, establecí un fichero por temas: primero, **apunté los principales** [...]; y después, los que se repetían más a menudo [...]. Todo ello con la intención de separarlos más tarde en capítulos. [...] Por otro lado, seguí el hilo conductor original, que era cronológico (aunque no siempre lo habíamos seguido durante las grabaciones), **con la intención de hacer el manuscrito más asequible a la lectura** (*Ibidem*, p. 17-18, grifos nossos).*

Mediante tais afirmativas, percebe-se, claramente, a interferência de Burgos na (re)construção dos significados da narrativa. Afinal, decidir dentre os temas estabelecidos (por ela mesma) quais seriam os principais e que tipo de ordem temporal deveria ser seguida, se cronológica ou não, foram escolhas suas, determinadas a partir de um objetivo muito bem definido: tornar o manuscrito mais acessível à leitura. Ora, o quanto de subjetividade pode estar contido nessa ação? No desenvolvimento de tal processo, não seria contraditória a afirmativa “dei livre curso à palavra”?

Frente a todo o exposto, podemos concluir que a obra *Me llamo...* representa um caso de dupla autoria, sendo produzida a partir de diferentes subjetividades. Não apenas a interpretação de Rigoberta sobre os fatos que envolvem sua trajetória de vida nos é apresentada, mas também a participação subjetiva de Burgos na reconstrução dos relatos — apesar da sua expressiva negação de autoridade no Prólogo.

Mas esse não é, absolutamente, um aspecto negativo, pois a idéia de autoria plural favorece a de leituras múltiplas. Segundo Clifford, “é intrínseco à ruptura da autoridade monológica que as etnografias não mais se dirijam a um único tipo geral de leitor”. Ainda segundo o historiador, “a multiplicação das leituras possíveis reflete o fato de que a consciência ‘etnográfica’ não pode mais ser considerada como monopólio de certas culturas e classes sociais no Ocidente” (CLIFFORD, 2002, p. 57). Assim, Clifford aposta na participação de nativos e outros leitores não acadêmicos na construção dos sentidos dos textos etnográficos, demonstrando interesse pelo ponto de vista das minorias.

Referências

BURGOS-DEBRAY, Elizabeth. *Me llamo Rigoberta Menchú y así me nació la conciencia*. México: Siglo Veintiuno, 1985.

CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica. Antropologia e literatura no século XX*. Organização de José Reginaldo Santos Gonçalves e tradução de Patrícia Farias. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

CORNEJO POLAR, Antonio. *O condor voa. Literatura e cultura latino-americanas*. Organização de Mario J. Valdés e tradução de Ilka Valle de Carvalho. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

LIENHARD, Martín. *La voz y su huella. Escritura y conflicto étnico-cultural en América Latina (1492-1988)*. La Habana: Casa de las Américas, 1990.

MENTON, Seymour. El indio y las corrientes literarias. *América Indígena*, v. 38, n. 1, ene./ mar. 1978.

SKLODOWSKA, Elzbieta. Testimonio mediatizado: ¿ventriloquia o heteroglosia? (Barnet/ Montejo; Burgos/ Menchú). *Revista de Crítica Literaria Latinoamericana*, Lima, n. 38, año 19, p. 81-90, jul./ dic. 1993.

SOMMER, Doris. Sin secretos. *Revista de Crítica Literaria Latinoamericana*, Lima, n. 36, año 18, p. 135-153, jul./ dic. 1992.

YÚDICE, George. Testimonio y concientización. *Revista de Crítica Literaria Latinoamericana*, Lima, n. 36, año 18, p. 207-227, jul./ dic. 1992.

Nota

¹ Tais narrativas são assim definidas não somente pela variação de agentes/ objetos, mas também por mesclarem vários campos do saber: literatura, história, antropologia, sociologia, o que constitui uma das características das literaturas hispânicas de um modo geral.